



## **ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**

### **AVISO INTERNO Nº 11/GC3/17**

Dispõe sobre a tramitação de documentos no âmbito do Comando da Aeronáutica.

Aos Exmo. Sr. Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica;  
Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo;  
Comandante-Geral do Ar;  
Diretor-Geral do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento;  
Comandante-Geral do Pessoal;  
Comandante-Geral de Apoio;  
Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica;  
Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil;  
Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica; e  
Chefe do Gabinete do Comandante da Aeronáutica.

Considerando a necessidade de se preservar o princípio de unidade de comando, assim como a hierarquia e a subordinação na tramitação de documentos entre as diversas Organizações Militares (OM) do Comando da Aeronáutica (COMAER);

Considerando a conveniência de serem estabelecidos procedimentos uniformes na instrução, no estudo e na tramitação de documentos, de processos e de requerimentos, dependentes de decisão do Comandante da Aeronáutica (CMTAER);

Considerando que diversos requerimentos têm sido encaminhados ao meu Gabinete sem a devida observância do que prescreve a IMA 10-1 “Correspondência e Atos Oficiais”; e

Considerando, finalmente, a necessidade de se dar fiel cumprimento ao que determina o Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, e o Manual de Redação da Presidência da República, aprovado pela Portaria nº 91, de 04 de dezembro de 2002, da Casa Civil da Presidência da República, informo a V. Exa. que resolvi:

1 Determinar que todos os documentos, processos e requerimentos em geral, dependentes de decisão do CMTAER, somente sejam encaminhados ao meu Gabinete, via cadeia de comando, após convenientemente instruídos, com os elementos necessários ou úteis ao seu esclarecimento e com as informações dos órgãos a que o assunto estiver incluído.

2 Quando se tratar de ato normativo dependente de decisão presidencial ou do Congresso Nacional, o processo deverá obedecer ao que preconiza o Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, e vir acompanhado da exposição de motivos (ANEXO 1), do anexo à exposição de motivos (ANEXOS 2, 2A e 2B) e da minuta de ato (ANEXO 3), acompanhados dos correspondentes arquivos eletrônicos, e da informação do Assistente ou Assessor Jurídico da OM.

3 As consultas dirigidas à Consultoria Jurídica-Adjunta do Comando da Aeronáutica (COJAER) somente deverão ser encaminhadas com a prévia análise da Assessoria Jurídica da OM e aprovada pelo Comandante, obedecendo à cadeia de comando.

4 Determinar, ainda, que deverão tramitar pelas OM, sem obediência à cadeia de comando, devido às suas peculiaridades:

a) os pedidos de informações solicitados pela COJAER, com o intuito de subsidiar a defesa da União pela Advocacia-Geral da União ou de atender às determinações dos órgãos do Poder Judiciário, para que os prazos definidos em lei sejam, rigorosamente, obedecidos;

b) todos os documentos judiciais que determinem o cumprimento de medida concedida liminarmente, os quais serão encaminhados, imediatamente, via fac-símile, à COJAER, para orientação; e

c) os documentos oriundos dos Órgãos Centrais dos Sistemas, os quais poderão ser encaminhados diretamente aos elos do respectivo Sistema.

5 Este Aviso revoga o Aviso nº 02/GC3/3, de 06 de junho de 2002, publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 52, de 26 de julho de 2002.

Brasília, 13 de outubro de 2003.

**Ten.-Brig.-do-Ar LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO**  
**Comandante da Aeronáutica**

## ANEXO 1

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº /MD

Brasília, de de 2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1 Submeto à superior deliberação de Vossa Excelência Projeto de Lei que altera a alínea “b”, do inciso I, do Art. 98, da Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, com a redação dada pela Lei nº 10.416, de 27 de março de 2002, que trata da transferência “ex-offício” de militar para a inatividade remunerada ao atingir a idade-limite de permanência no serviço ativo.

2 O Comando da Aeronáutica realizou um levantamento da situação do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica e constatou que, nos últimos anos, houve um aumento de militares passando para a Reserva Remunerada, ainda no posto de Capitão ou Major, com um reduzido tempo de serviço.

3 Os engenheiros entram no Quadro no posto de Primeiro-Tenente. O tempo mínimo para o Tenente atingir o posto de Major é de 15 anos. Portanto, os engenheiros, que ingressarem com a idade igual ou superior a 33 anos, completarão, obrigatoriamente, a idade-limite de 48 anos ainda no posto de Capitão, passando, compulsoriamente, para a Reserva Remunerada.

4 O objetivo de tal medida é corrigir distorções observadas nas regras para a passagem para a inatividade remunerada, padronizar as idades-limite de compulsória dos Capitães e Majores Engenheiros com as dos oficiais dos mesmos postos, dos Quadros de Médicos, Dentistas e Farmacêuticos, e reduzir despesa da União com o pagamento de proventos, já que prevê o aumento do tempo médio de permanência do militar no serviço ativo em 8 anos.

5 São estas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que altera as idades-limite de transferência para a Reserva Remunerada dos militares do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica.

Respeitosamente,

JOSE VIEGAS FILHO  
Ministro de Estado da Defesa

## ANEXO 2

### ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Anexo à Exposição de Motivos do Ministério da Defesa nº , de de 2003.

1 Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Uma parcela expressiva dos oficiais do pessoal do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica passa para a Inatividade com reduzido tempo de serviço ativo, por ingressar no Quadro tardiamente, e, em função disso, acaba sendo atingida pela compulsória por idade.

2 Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

O presente Projeto de Lei tem por objetivo passar para 56 e 58 anos, respectivamente, as idades-limite dos Capitães e dos Majores do Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica, proporcionando ao Comando da Aeronáutica um melhor aproveitamento desses recursos humanos, evitando a passagem compulsória para a Reserva Remunerada de Oficiais Engenheiros que atingem a idade-limite de permanência no serviço ativo, ainda no posto de Capitão ou de Major.

3 Alternativas existentes às medidas propostas:

Este Comando não vislumbra outra alternativa, de forma prática e econômica, que possa evitar a saída precoce de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica.

4 Custos:

O aumento das idades-limite para os Capitães e Majores Engenheiros do Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica, de 48 para 56 anos e de 52 para 58 anos, respectivamente, não trará qualquer ônus para o erário. Pelo contrário, de certa forma será até benéfico para a União, uma vez que esses oficiais continuarão recebendo remuneração, porém trabalhando, evitando, dessa forma, o reacompanhamento.

5 Razões que justificam a urgência

Não há motivos que justifiquem a urgência.

6 Impacto sobre o meio ambiente Não haverá impacto ao meio ambiente.

7 Alterações propostas:

Texto atual	Texto proposto
Art. 98.....	Art. 98.....
I .....	I.....
a).....	a).....
b) na Marinha, para os Oficiais do Quadro de Oficiais Auxiliares da Armada (QOAA), do Quadro de Oficiais Auxiliares do CFN (QOA-CFN) e dos Quadros Complementares de Oficiais de	"b) na Marinha, para os Oficiais do Quadro de Oficiais Auxiliares da Armada (QOAA), do Quadro de Oficiais Auxiliares do CFN (QOA-CFN) e dos Quadros Complementares de Oficiais

<p>Marinha, do Quadro de Farmacêuticos do CSM (QF-CSM) e do Quadro de Cirurgiões-Dentistas do CSM (QCD-CSM); no Exército, para os Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais (QCO), do Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO), do Quadro de Oficiais Médicos (QOM), do Quadro de Oficiais Farmacêuticos (QOF), do Quadro de Oficiais Dentistas (QOD) e do Quadro de Oficiais Veterinários (QOV); na</p>		<p>de Marinha, do Quadro de Farmacêuticos do CSM (QF-CSM) e do Quadro de Cirurgiões-Dentistas do CSM (QCD-CSM); no Exército, para os Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais (QCO), do Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO), do Quadro de Oficiais Médicos (QOM), do Quadro de Oficiais Farmacêuticos (QOF), do Quadro de Oficiais Dentistas (QOD) e do Quadro de Oficiais Veterinários</p>	
<p>Aeronáutica, para os Oficiais do Quadro de Oficiais Médicos (QOMed), do Quadro de Oficiais Farmacêuticos (QOFarm), do Quadro de Oficiais Dentistas (QODent), do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (QOInf), dos Quadros de Oficiais Especialistas em Aviões (QOEAv), em Comunicações (QOECom), em Armamento (QOEArm), em Fotografia (QOEFot), em Meteorologia (QOEMet), em Controle de Tráfego Aéreo (QOECTA), em Suprimento Técnico (QOESup) e do Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica (QOEA):</p>		<p>(QOV); na Aeronáutica, para os Oficiais do Quadro de Oficiais Médicos (QOMed), do Quadro de Oficiais Farmacêuticos (QOFarm), do Quadro de Oficiais Dentistas (QODent), do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (QOInf), do Quadro de Oficiais Engenheiros (QOEng), dos Quadros de Oficiais Especialistas em Aviões (QOEAv), em Comunicações (QOECom), em Armamento (QOEArm), em Fotografia (QOEFot), em Meteorologia (QOEMet), em Controle de Tráfego Aéreo (QOECTA), em Suprimento Técnico (QOESup) e do Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica (QOEA):</p>	
Postos	Idades	Postos	Idades
Capitão-de-Mar-e-Guerra e Coronel	62 anos	Capitão-de-Mar-e-Guerra e Coronel	62 anos
Capitão-de-Fragata e Tenente-Coronel	60 anos	Capitão-de-Fragata e Tenente-Coronel	60 anos
Capitão-de-Corveta e Major	58 anos	Capitão-de-Corveta e Major	58 anos
Capitão-Tenente e Capitão	56 anos	Capitão-Tenente e Capitão	56 anos
Primeiro-Tenente	56 anos	Primeiro-Tenente	56 anos
Segundo-Tenente	56 anos	Segundo-Tenente	56 anos"
c) .....		(NR)	
		c) .....	
		<p>Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>	
		<p>Brasília, de                      de 2003; 182º da Independência e 115º da República</p>	

A proposta de Decreto em comento está elaborada dentro da melhor técnica jurídica, não havendo qualquer reparo quanto aos aspectos de sua constitucionalidade e juridicidade.

### **ANEXO 3**

#### **MINUTA DE ATO**

Decreto nº , de de 2003

Altera a subordinação e a finalidade da  
Secretaria de Inteligência da Aeronáutica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV, do Art. 84, da Constituição, e considerando o que consta no inciso I, do Art. 78, do Decreto nº 60.521, de 31 de março de 1967, decreta:

Art. 1º A Secretaria de Inteligência da Aeronáutica (SECINT), criada pelo Decreto nº 95.637, de 13 de janeiro de 1988, passa a ser subordinada diretamente ao Comandante da Aeronáutica.

Art. 2º A SECINT tem como finalidade fornecer subsídios ao Comandante da Aeronáutica nos assuntos relacionados ao preparo e emprego da Força Aérea Brasileira.

Art. 3º O Chefe da SECINT é Major-Brigadeiro-do-Ar ou Brigadeiro-do-Ar, da ativa.

Art. 4º O Comandante da Aeronáutica baixará os atos complementares necessários ao cumprimento deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revoga-se o Decreto nº 15, de 28 de janeiro de 1991.

Brasília, de de 2003.  
182º da Independência, 115º da República